

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PAULO SÉRGIO CABRAL

QUAL O CONCEITO DE GÊNERO NA PERSPECTIVA DOCENTE.



PAULO SÉRGIO CABRAL

QUAL O CONCEITO DE GÊNERO NA PERSPECTIVA DOCENTE.

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientadora: Prof.^a Dra. Silma Cortes da Costa Battezzati

ITAJAÍ
2016

QUAL O CONCEITO DE GÊNERO NA PERSPECTIVA DOCENTE.

PAULO SÉRGIO CABRAL¹; SILMA CORTES²

¹Aluno do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gênero e Diversidade da UFPR

²Prof.^a Dra. Silma Cortes da Costa Battezzati E-mail: silmaufpa@gmail.com

Resumo: Buscando estimular reflexões sobre questões referentes à sexualidade e ao conceito de gênero nas escolas, este artigo descreve um estudo exploratório realizado com 25 docentes da Escola Básica Gaspar da Costa Moraes, do Município de Itajaí – SC, com o objetivo de analisar como os professores(as) definem o conceito de gênero na sua prática docente e estimular a discussão sobre o conceito de gênero e estimular o interesse dos participantes pelo tema. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário com cinco perguntas aos docentes nos meses de agosto e setembro de 2015. Justificamos a realização deste estudo por entender que seus resultados podem contribuir para promover o desenvolvimento de uma metodologia que possa ser utilizada no contexto escolar e, assim, facilitar processos de ensino e aprendizagem sobre o tema pelos professores e educandos da instituição. Sugere-se a incorporação, pelos professores, de constantes discussões sobre este tema nos encontros pedagógicos, bem como nos contextos de formação continuada para a promoção de debates com os profissionais especialistas no assunto e que atuam no contexto escolar.

Palavras-chave: educação sexual; conceito de gênero; educadoras(es).

Abstract: Seeking to stimulate reflections on issues of sexuality and the concept of gender in schools, this article describes an exploratory study of 25 teachers of the Basic School Gaspar da Costa Moraes, the Municipality of Itajaí - SC, in order to analyze how teachers (as) define the concept of gender in their teaching practice and stimulate discussion about the concept of gender and stimulate participants' interest in the subject. Data collection was performed by applying a questionnaire with five questions to teachers in August and September 2015. We justify this study to understand that their results can help to promote the development of a methodology that can be used in the school context and thus facilitate teaching and learning processes on the subject by teachers and students of the institution. The merger, the teachers, the ongoing discussions on this topic in educational meetings, as well as in continuing education contexts to promote discussions with subject matter experts and professionals who work in the school context is suggested.

Keywords: sex education ; concept of gender ; educators.

INTRODUÇÃO

Observamos nas últimas décadas um aumento significativo da discussão e inclusão de temas transversais nos currículos escolares, principalmente em temas relacionados a sexualidade na adolescência. Este aumento de trabalhos nesta área da sexualidade nas escolas, em especial nas escolas públicas, aumentou devido à

preocupação dos educadores com a alta incidência de gravidez na adolescência e o crescimento preocupante dos índices de contaminação de doenças sexualmente transmissível. Foi a partir da observação que surgiu uma dúvida: Nossos professores estão preparados para trabalhar este tema em sala de aula? Os conceitos básicos são de conhecimento dos professores? Pois, segundo Sayão (1997, p.101), são as(os) professoras(es) que poderão contribuir “para que seus alunos tenham uma visão positiva e responsável da sexualidade”, isto devido à relação de grande proximidade que professores e alunos mantêm no dia a dia do contexto escolar.

Diante de todo o quadro histórico e cultural, no qual a sexualidade passa a figurar como um tema de debate público, o governo viu a necessidade de lidar com a questão no âmbito da educação, sendo criado então a partir de 1998, os Parâmetros Curriculares para o Ensino Fundamental (PCNs). Neste documento, a chamada Orientação Sexual passou a ser assumida pelo Governo Federal como um dos “temas transversais” – assunto que perpassa e que deve ser trabalhado por todas as disciplinas curriculares – que integram a programação pedagógica, a qual deve ser articulada com outras disciplinas e temas como ética, cidadania, saúde, meio ambiente e pluralidade cultural.

Recentemente, em especial nestes últimos anos, ouvimos falar muito sobre gênero e diversidade sexual, sendo que esta nova discussão ganhou espaço e força na sociedade e meio político, levando a questão do gênero para as escolas. Mas afinal, o que é gênero? Nossos professores sabem o qual o conceito de gênero?

Conforme o dicionário de Direitos Humanos, coordenado pela sub-procuradora Geral da República e professora da Universidade Federal de Brasília, Ela Wiecko Volkmer de Castilho, classifica o gênero palavra que começa a ser utilizada nos anos 80 do século XX, pelas feministas americanas e inglesas, para explicar a desigualdade entre homens e mulheres concretizada em discriminação e opressão das mulheres. Nessa época, as investigações sobre a condição social das mulheres já apontavam uma forte desigualdade entre homens e mulheres, que tendia a aumentar conforme a classe social, raça, etnia e outras condições de vida. A desigualdade abarcava a esfera pública e privada. Na primeira, era visível nos salários menores do que o dos

homens em serviços iguais e na pequena participação política. Na esfera privada, se evidenciava pela dupla moral sexual e na delegação de papéis domésticos.

A desigualdade era e ainda é justificada, por setores conservadores religiosos, científicos e políticos, pela diferença biológica entre homens e mulheres. Muitos educadores, religiosos e formadores de opiniões da nossa sociedade creem que as diferenças sociais são essenciais, naturais e inevitáveis.

O sexo é uma categoria biológica insuficiente para explicar os papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher. “Gênero” veio como uma categoria de análise das ciências sociais para questionar a suposta essencialidade da diferença dos sexos, a ideia de que mulheres são passivas, emocionais e frágeis; homens são ativos, racionais e fortes. Na perspectiva de gênero, essas características são produto de uma situação histórico-cultural e política; as diferenças são produto de uma construção social. Portanto, não existe naturalmente o gênero masculino e feminino. Ainda de acordo com Ela Wiecko, Gênero é uma categoria relacional do feminino e do masculino. Considera as diferenças biológicas entre os sexos, reconhece a desigualdade, mas não admite como justificativa para a violência, para a exclusão e para a desigualdade de oportunidades no trabalho, na educação e na política. É um modo de pensar que viabiliza a mudança nas relações sociais e, por consequência, nas relações de poder. É um instrumento para entender as relações sociais e, particularmente, as relações sociais entre mulheres e homens. Gênero tem a ver com feminismo, mas não é igual a mulher ou a feminismo. As relações de gênero podem ser estudadas a partir da identidade feminina e masculina. Gênero significa relações entre homens e mulheres. Uma análise de gênero pode se limitar a descrever essas relações. O feminismo vai além ao mostrar que essas relações são de poder e que produzem injustiça.

A expressão gênero vem, paulatinamente, se incorporando nos instrumentos normativos internacionais e na legislação dos países. No Brasil, foi introduzida na Convenção de Belém do Pará (Decreto n. 1.973, de 01/08/1996), para esclarecer o conceito de violência contra a mulher como qualquer ato ou conduta baseada no gênero. Não há definição de gênero, mas do contexto se infere o conceito de relação de poder. Aparece também no Estatuto de Roma (Decreto n. 4.388, de 25/09/2002), com um significado mais restrito.

O Tribunal Penal Internacional, criado pelo Estatuto de Roma (2002), incorpora uma definição de gênero, o princípio da não-discriminação baseada em gênero, normas de procedimento e prova, proteção e participação em relação a vítimas e testemunhas de crimes de violência sexual, e criminaliza em nível internacional a violência sexual e de gênero.

O primeiro ponto notável é a introdução do conceito gênero em um instrumento legal internacional. De acordo com o art. 7º, item 3 do Estatuto de Roma, “entende-se que o termo “gênero” abrange os sexos masculino e feminino, dentro do contexto da sociedade, não lhe devendo ser atribuído qualquer outro significado”. É uma redação fruto de negociação intensa com o Vaticano e os países islâmicos, que reduzem o gênero a uma questão biológica. A expressão “dentro do contexto da sociedade” dá-lhe a perspectiva cultural necessária, embora de forma imprecisa e insuficiente. Com a criação, no Brasil, da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, em 2003, fortaleceu-se a perspectiva de gênero em todas as políticas públicas.

O conceito de gênero segue em construção. A identidade sexual, antes dicotômica que distinguia somente o masculino do feminino, ampliou-se para abranger homossexuais, lésbicas, transexuais, travestis etc., que não se identificam como homens ou mulheres. Hoje se sabe que o suposto sexo biológico e a identidade subjetiva nem sempre coincidem.

Uma das versões mais atuais do conceito de gênero, de Marta Lamas, alude a uma rede de inter-relações e interações sociais que se constroem a partir da divisão simbólica dos sexos. Lamas nega qualquer base biológica e mesmo cultural à noção de gênero. A seu ver, é uma lógica de pensamento, emoções e representação da subjetividade íntima das pessoas.

Assim, os processos singulares de constituição dos sujeitos ocorrem em meio às relações sociais mediadas semioticamente que, de forma dialética, são produzidas/produtoras pelos/dos sujeitos (Vygotski, 1995). A partir disso, buscou-se uma maneira de intervenção adequada a esses sujeitos, possibilitando que estes construíssem o conhecimento dos temas propostos, de forma que fossem vistos

como ativos, conscientes de suas possibilidades e limites da sua atuação no contexto escolar.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL:

- Analisar como os(as) professores(as) definem o conceito de **Gênero** na sua prática docente, afim de estimular o interesse dos participantes pelo tema e também à discussão sobre o conceito de gênero.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar os diferentes conceitos de Gênero na perspectiva docente.
- Reunir informações suficientes para identificar se há outros fatores determinantes na construção do conceito gênero.
- Descrever os principais desafios que os professores encontram para trabalhar o conceito de gênero na sala de aula.

METODOLOGIA

Inicialmente, foi realizado um questionário com o intuito de verificar qual o conceito que os professores tinham sobre gênero. Bem como quais os conhecimentos que possuíam sobre sexualidade e quais eram as dificuldades enfrentadas para realizarem projetos voltados ao tema em sala de aula. Além disso, foi questionado também qual o interesse pelo tema, se é ou não pertinente debate-lo na escola.

O estudo exploratório ocorreu entre os meses de agosto e setembro com 25 professores da Escola Básica Gaspar da Costa Moraes, localizado no bairro Fazenda em Itajaí, Santa Catarina. A escola possui cerca de 35 professores em sala de aula, assim sendo, a pesquisa foi realizada com aproximadamente 70% dos professores.

Cada professor(a) recebeu um questionário com as seguintes questões: 1) Sua Idade. 2) Você sabe o que é Gênero? 3) Qual sua definição de gênero? 4) Você já trabalhou o tema Gênero em suas aulas? 5) Você considera importante discutir o tema Relação de Gênero nas aulas?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com os questionários respondidos pode-se verificar o quanto os professores desconhecem ou possuem dúvidas relacionadas ao conceito gênero. Isto foi verificado a partir das respostas do questionário e principalmente com as falas dos pesquisados ao se depararem com as perguntas, o que reforça ainda mais o que pensam a respeito do tema. A maioria das respostas não foi considerada satisfatória em relação aos conceitos estabelecidos pelos teóricos estudados. Exemplos disso foram: “gênero é ser homem ou ser mulher”, “sexualidade biológica é o que define o gênero”, “Educação sexual é ensinar o tipo de sexo que cada um tem”, “gênero para mim é a opção que cada um faz”, “sexualidade ou gênero, cada um decide sobre a sua”. Podemos identificar, a partir destas respostas, insuficiências, equívocos e desconhecimento que nos levam a constatar a necessidade de se trabalhar melhor estas questões.

A mesma constatação quanto à falta da formação das(os) professoras(es) para trabalharem com o tema Gênero ocorreu com a análise das respostas. Neste estudo exploratório foi constatado que havia uma incoerência com as respostas que haviam dado no questionário sobre as dificuldades em trabalhar sobre o tema na escola. A princípio todas(os) responderam que não consideram um tema importante a ser tratado na escola.

Pudemos verificar que o trabalho com o tema sexualidade e gênero nas escolas ainda é revestido de polêmica, devido à multiplicidade de visões, crenças e valores dos professores. Mas esta multiplicidade de visões vai além do ambiente escolar, pais e sociedades também não chegam num consenso quanto aos conceitos e visões em torno do tema gênero. As dificuldades começam com a própria sexualidade destas(es) educadoras(es) que se sentem pouco à vontade para estabelecerem um diálogo franco com as(os) alunas(os) sobre determinados temas,

tais como: o início da atividade sexual, orientação sexual entre outros temas que ainda são vistos como tabu.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, os conceitos acerca da sexualidade infantil – e a própria aceitação de sua existência –, apesar de provirem do início do século XX, ainda não são integralmente conhecidos e assimilados pela maioria das(os) educadoras(es) que trabalham com crianças. Muitos destes profissionais consideram as crianças como “assexuadas”, “puras” e “inocentes”, além de tratarem a manifestação da sexualidade destes sujeitos como algo “feio”, “sujo”, “pecaminoso”.

Neste sentido, acreditamos ser importante salientar, parafraseando Sayão (1997) que é, na realidade, desde o nascimento que ocorre a educação sexual, sendo que as primeiras noções e valores relacionados à sexualidade ocorrem predominantemente no contexto familiar, ainda que de forma não explícita.

O comportamento dos pais entre si, na relação com os filhos, no tipo de recomendações, nas expressões, gestos e proibições que estabelecem, tudo isso transmite os valores que a criança incorpora. O fato de a família possuir valores conservadores, liberais ou progressistas, professar alguma crença religiosa ou não, e a forma como o faz, determina em grande parte a educação das crianças. (Sayão, 1997, p.112).

Segundo esta mesma autora, é importante que a escola saiba reconhecer que cada família tem seus valores, que são transmitidos para os filhos, não cabendo à educação formal competir com a família nem ocupar o lugar dela. No entanto, a escola deve ter o seu papel claramente diferenciado e definido.

De acordo com Castro, Abramovay e Silva (2004) ocorre, entre os atores da escola, uma tendência forte de considerá-la como um lugar ideal para o trabalho com temas referentes à sexualidade, porém muitas propostas e ideias acabam ficando no plano da intenção ou de palestras. Estas últimas, enquanto atividade planejada ou trabalhos isolados, acabam por serem criticadas pela monotonia e falta de continuidade. O que também ocorre, muitas vezes, são apenas algumas conversas informais, sendo a sexualidade um tema tratado principalmente nas aulas de

ciências, associando-se à constituição do corpo humano. Em relação à prevenção, de acordo com esta mesma autora, as falas nas escolas centram-se na maioria das vezes em cuidados biomédicos, sendo que os alunos reclamam que já estão saturados de terem ouvido por diversas vezes este discurso tornando o trabalho ineficiente.

A este respeito Bernardi (1985) citado por Dall'Alba (1998), discute a questão da escola promover uma falsa educação sexual que, em vez de trazer à luz as contradições do sistema, acaba contribuindo para a coisificação do sexo, na medida em que, por meio de seus programas educativos, apresenta uma imagem desagradável e distanciada da sexualidade, destituindo-a de todo o conteúdo emotivo, lúdico e gratificante. (Bernardi, 1985 citado por Dall'Alba, 1998, p. 180).

Barroso e Bruschini (1990) apontam também, o fato de muitas escolas focalizarem programas excessivamente biologizantes ou preventivos. Mediante este quadro, chamamos a atenção para a formação destas(es) professoras(es) de forma a permitir que a(o) educador(a) conduza as atividades de uma maneira mais dinâmica, aplicando estratégias diversas e que vão ao encontro das necessidades de seus alunos. Esta formação deve ser contínua e presente no dia-a-dia da escola.

Desta forma, como salienta Lorencini (1997, p. 94), Cumpre, ainda, dar oportunidade aos alunos de participar das atividades, problematizando os diferentes pontos de vista que eventualmente surjam durante as discussões, e, sobretudo, possibilitar que a sala de aula seja um ambiente de descontração onde os alunos se sintam a vontade para expressar suas opiniões com sinceridade e honestidade; em suma, um ambiente possível para a busca constante e renovada dos sentidos da sexualidade.

Para isso, cabe à(o) professor(a) criar um clima de confiança com os alunos, sem fazer uso de juízos de valores, procurando estabelecer uma relação dialógica, de maneira a permitir que o(a) aluno(a) expresse sua angústia e se aproprie dos conhecimentos produzidos coletivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa exploratória evidenciou a necessidade de trabalhar com métodos de ensino que contemplem o sujeito de forma mais plena, a partir de seu contexto, valores e de sua história, para que o conteúdo esteja mais próximo da sua realidade, assim havendo uma maior identificação com os mesmos.

É importante ressaltar que a pesquisa realizada não teve o intuito de culpar as(os) professoras(es) pela ineficiência e limitações com que a Educação Sexual tem se mostrado nas escolas, mas demonstrar a necessidade de capacitação destas(es) profissionais.

Portanto, visou problematizar e ampliar as possibilidades que as(os) professores e universitários de licenciatura possuem para trabalhar com o tema sexualidade, através de discussões da prática, dinâmicas e vivências, de acordo com o que propõem os PCNs: “A Orientação Sexual não-diretiva aqui proposta será circunscrita ao âmbito pedagógico e coletivo, não tendo, portanto caráter de aconselhamento individual de tipo psicoterapêutico” (Brasil, 1998, p. 83). É necessário fornecer informações relacionadas às diferentes temáticas, de forma a considerar a sexualidade em todas as suas dimensões (biológica, psíquica e sócio-cultural), constituindo um projeto educativo que “exerça uma ação integradora das experiências vividas pelo aluno e que inclua a sexualidade como algo ligado à vida, à saúde e ao bem-estar de cada criança ou jovem” (Sayão, 1997, p.114).

Portanto, é importante capacitar as(os) educadoras(es) para que possam trabalhar estes temas com as crianças e jovens de modo que eles consigam refletir sobre questões que fazem parte do seu cotidiano e tomarem decisões mais consistentes no sentido da condução da própria vida (Heller, 1992). Ademais, trata-se de oportunizar sua desnaturalização e a compreensão histórico-social da sexualidade e do gênero, levando em conta a complexidade dos mitos, valores e crenças que estão envolvidos nesta questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, C. & Bruschini, C. (1990). **Sexo e Juventude: como discutir a sexualidade em casa e na escola**. São Paulo: Cortez.

BARTLETT, Katharine. **Gender and law**. Boston: Little, Brown@ Company, 1993.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BIRMAN, Patrícia. **Relações de gênero, possessão e sexualidade**. Rio de Janeiro: Campus, 1999

BRASIL.(1998). **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MECSEF.

CASTRO M. G., Abramovay, M., & Silva L. B. (2004). **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil.

COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos/Fundação Carlos Chagas,1992.

DALL'ALBA, L. (1998). **Educação Sexual da pessoa caracterizada como deficiente mental: construção da autonomia**. Em: L. Biachetti & I. Freire. *Um olhar sobre a diferença*. Campinas: Papirus.

DE CASTILHO, Ela Wiecko Wolkmer. **Dicionário de Direitos Humanos**. Site: <http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=G%C3%AAnero>

DECRETO n. 1.973, de 01/08/1996. **Convenção de Belém do Pará**.

DECRETO n. 4.388, de 25/09/2002. **Estatuto de Roma**.

GEBARA, Ivone. **Cultura e relações de gênero**. São Paulo: CEPIS, 2002.

__. **Gênero e sexualidade: uma questão política**. São Paulo:CEPIS, 2005.

HELLER, A. (1992). **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LORENCINI, A. Jr. (1997). **Os sentidos da sexualidade: natureza, cultura e educação**. Em: J. G. Aquino. *Sexualidade na escola – alternativas teóricas e práticas* (pp. 87-95).São Paulo: Summus.

PINHO, Leda de Oliveira. **Princípio da igualdade: investigação na perspectiva de gênero**. Sérgio Fabris: Porto Alegre, 2005.

REVISTA SOCIEDADE E ESTADO. **Feminismos e Gênero**. Brasília: UNB, v. XII, n. 2, jul./dez. 1997

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.**

Petrópolis: Vozes, 1976.

___, ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero: poder e impotência.** Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAYÃO, R. (1997). **Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola.** Em: J. G. Aquino. *Sexualidade na escola – alternativas teóricas e práticas* (pp. 97-105). São Paulo: Summus.

SAYÃO, Y. (1997). **Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários.** Em: J. G. Aquino. *Sexualidade na escola – alternativas teóricas e práticas* (pp.107-117). São Paulo: Summus,.

VYGOTSKI, L. S. (1995). **Obras escogidas.** Madrid: Visor.

Anexo

Curso de Especialização
Gênero e Diversidade na Escola
Pólos: Blumenau
Itajaí
Itambé
Lapa
São Paulo / CEU Jambé
UFPR
Setor Litoral

Especialização - Gênero e Diversidade na Escola.

QUAL O CONCEITO DE GÊNERO NA PERSPECTIVA DOCENTE.

PAULO SÉRGIO CABRAL¹; SILMA CORTES²

¹Aluno do curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Gênero e Diversidade da UFPR

² Prof.^a Dra. Silma Cortes da Costa Battezzati E-mail: silmaufpa@gmail.com

Caro(a) Companheiro(a) Professor(a),

Este questionário é parte de uma pesquisa sobre meu Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização – Gênero e Diversidade na Escola, e suas respostas são muito importantes para a fase exploratória deste estudo.

Desde já, agradeço-lhe por sua colaboração!

QUESTIONÁRIO

1) Sua idade _____

2) Você sabe o que é Gênero? () Sim () Não

Qual sua definição de gênero:

3) Você já trabalhou o tema Gênero em suas aulas? () sim () não

4) Você considera importante discutir o tema Relação de Gênero nas aulas?
() Sim () Não